

CPMF: a saúde precisa de dinheiro e de saber gastar

Jaldo de Souza Santos,
Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF).
E-mail presidencia@cff.org.br



O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a prorrogação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). A matéria está no Senado para ser votada. A CPMF precisa de um choque de discussões que passem por questões como: por que, 11 anos depois da criação da Contribuição, a população brasileira que faz uso do SUS (Sistema Único de Saúde) continua com tanta dificuldade para ter acesso ao atendimento médico e ao medicamento?

Os debates que antecederam a votação da prorrogação da CPMF deixaram claro que o Governo não pode prescindir da Contribuição, de uma hora para a outra. Afinal, são cerca de R\$ 36 bilhões previstos para 2008. Deste montante, R\$ 16 bilhões vão para a saúde. Em 2007, foram R\$ 15,2 bilhões.

Vale recordar que a Contribuição foi idealizada pelo então Ministro da Saúde, Adib Jatene, durante o Governo FHC, para resolver o grave problema de caixa do seu Ministério. Jatene, que já havia sido Ministro da Saúde no Governo Collor, identificara os problemas do setor e tinha um plano de metas, mas com o orçamento de que dispunha, não era possível cumpri-lo.

Foi, aí, que ele vislumbrou uma nova fonte de recursos exclusiva para o setor. Instituiu-se, então, a CPMF pela Lei 9.311/96. A idéia do então Ministro era que a Contribuição vigorasse por uns três anos, até que fosse realizada a reforma fiscal prevista pela área econômica, sanando os problemas do setor de saúde.

Prorrogações sucessivas e alterações diversas fizeram com que os recursos arrecadados passassem a ter outras destinações, a saber: da alíquota de 0,38%, 0,20% vai para saúde; 0,10% para o Bolsa Família, e 0,08%, para Fundo de

Eradicação da Pobreza. Resultado: a CPMF completou 11 anos e não resolveu o problema de caixa da saúde, os recursos arrecadados deixaram de ser transferidos integralmente para o setor e não foi feita a reforma fiscal.

Os problemas da saúde são profundos e diversos. Adib Jatene denunciou, numa entrevista, este mês, a perda de recursos pelo setor, ao longo dos anos. Informou que, em 1995, o Ministério da Saúde dispunha de 22% do orçamento da Seguridade Social. Em 1997, já com a CPMF criada, a transferência da Seguridade caiu para 18%. "Hoje, são 13%", lamentou Jatene. Ou seja, à medida em que a saúde obtinha ganhos com a CPMF, perdia com a redução dos percentuais transferidos da Seguridade.

A CPMF é o pomo de discórdia entre Oposição e Governo. Quando foi criada, ela chegou a seduzir o grande economista e professor Roberto Campos, que o via como um caminho para a implantação do insonegável Imposto Único. Hoje, economistas, a exemplo de Mailson da Nóbrega e Raul Velloso, a criticam, severamente, mas ponderam que a sua extinção repentina é perigosa.

Sensibilizo-me com a angústia do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, ao afirmar que a perda da receita da fonte CPMF geraria "uma hecatombe de dimensões fantásticas". Segundo ele, 40% de todos os recursos da Saúde têm origem na CPMF. Hoje, a saúde custa R\$ 46,6 bilhões (recursos federais). O restante do custeio é dos Estados (12%) e dos Municípios (15%).

Temporão lembra que R\$ 46,6 bilhões são insuficientes. Ele reforça que os recursos arrecadados são integralmente transferidos para Estados e Municípios e empregados em transplante de órgãos, hemodiálise,

cirurgias, internações, atendimento à gestante etc.

Mas para mim, do núcleo das discussões sobre CPMF e saúde, devem fazer parte, também, questões como a qualidade dos gastos e os desvios assombrosos que são feitos. A saúde está debilitando-se, não só por falta de dinheiro, mas porque gasta mal, está mergulhada em desvios, a fiscalização é fraca e muitos ladrões que assaltam os seus cofres vivem na impunidade. E mais: a demanda, no setor, cresce, assombrosamente. Enfim, a saúde necessita de um urgente choque de gestão.

O cerne das discussões deve passar, ainda, por outro viés: o da definição do que são e do que não são ações de saúde. Por isso, subscrevo a reivindicação da Frente Parlamentar da Saúde, no sentido de que o Plenário da Câmara vote o Projeto de Lei Complementar (PLP) 001/2003. Ele não só define o que são ações específicas de saúde, como impede os desvios de recursos do setor.

A Frente Parlamentar salienta que o PLP tem, ainda, outra qualidade: ele muda a forma de correção do orçamento da saúde, de PIB Nominal, como é hoje, para 10% das receitas correntes brutas. O que isso significa? Um acréscimo de R\$ 20 bilhões para a saúde (esfera federal) e R\$ 5 bilhões (esferas estadual e municipal). Isso, já para 2008.

O Brasil precisa resolver, com urgência, o grave problema da saúde e todos os esforços devem ser empregados nesse sentido. As milhões de pessoas humilhadas por falta de atendimento médico e que não conseguem o medicamento de que necessitam para o seu tratamento não podem mais esperar. A saúde tem pressa.